

## O SUJEITO E A TESSITURA DOS SENTIDOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Ludmila Ferrarezi (FFCLRP/USP)  
Lucília Maria Sousa Romão (FFCLRP/USP)

Considerando que o sujeito é peça-chave na constituição teórica da Análise do Discurso de linha francesa (AD), nosso trabalho tem por objetivo estudar tal conceito, buscando compreendê-lo como posição (PÊCHEUX, 1997). Inferimos que o sujeito assume uma posição dentre outras, podendo deslocar-se, migrar de uma posição a outra, romper com os sentidos dominantes, sustentá-los para depois rompê-los novamente, enfim, o sujeito movimenta-se em processo de errâncias, visto que ele “funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2003, p.20), não sendo a fonte transparente de seu dizer. Assim sendo, o sujeito é marcado pelo mecanismo ideológico, que naturaliza certos sentidos e que faz parecer evidente que se diga de um modo e não de outro. Tal assujeitamento, para Orlandi (2006, p.19), “é a própria possibilidade de ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito (à língua) para ser sujeito de (o que diz)”. Posto isto, é necessário falarmos sobre os esquecimentos, que foram cunhados por Pêcheux (1997), e são divididos em nº. 1 e nº. 2; o primeiro diz respeito à condição de o sujeito se esquecer de que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido ao enunciar; já o segundo relaciona-se à ilusão do sujeito, que tem a certeza da existência de uma correspondência termo a termo entre as palavras, seu pensamento e o mundo. Sobre a relação existente entre os dois esquecimentos e o assujeitamento ideológico, ressaltamos que:

Esses dois esquecimentos estão constitutivamente relacionados ao conceito de assujeitamento ideológico, ou interpelação ideológica, que ‘consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. (MUSSALIM, 2001, p.135).

Desta forma, o sujeito, ocupando uma posição na formação social, é levado a identificar-se com uma certa formação ideológica e enunciar de determinada maneira, esquecendo-se de que está submetido ideologicamente, pensando que o seu dizer é autônomo e independente de outras vozes; no esquecimento de nº. 2, o sujeito assujeitado, a partir da crença de que ele é o dono do seu dizer, crê também que tem consciência desse dito, podendo controlar os sentidos, achando que o dizer só pode ser expresso da forma como ele “controla” e o faz, apagando outros sentidos e nem sequer suspeitando da existência deles. Orlandi (2003, p.36) discursiviza sobre o esquecimento, demarcando-o como um ato involuntário e essencial no jogo de constituição dos sujeitos e sentidos:

Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que os sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras.

A ilusão - expressa pela primeira forma de esquecimento - de pensar que somos a origem do dizer é chamada de ‘ilusão discursiva do sujeito’. Mussalim (2001) nos diz que, para a AD, não existe o sujeito individual, empiricamente controlável ou passível de categorizações. Não se trata aqui de levar em conta o indivíduo ou sujeito sociológico ou psicológico, mas do sujeito do discurso que, conforme explicita Grigoletto (2005, p.1): “carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte de sentido.” Não se considera, neste texto, o ser com existência particular no mundo, ser humano individualizado; mas o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um efeito de linguagem, marcado pela posição social e ideológica em um dado momento

da história e não outro. A voz desse sujeito revela o lugar social, isto é, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; em sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico já ditas pelo/no interdiscurso. Compreendido assim, o sujeito discursivo distancia-se da noção de falante, caracterizado como: “sujeito empírico, individualizado, que dada sua natureza psicológica, tem a capacidade para a aquisição da língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência” (FERNANDES, 2005, p.35). A noção de sujeito discursivo aproxima-se da noção de “sujeito falando”, que corresponde ao “sujeito inserido em uma conjuntura histórico-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais” (FERNANDES, 2005). O sujeito, para Dorneles (2005, p.45), inscreve-se na língua concebida como opaca e faltante: “o sujeito, enquanto efeito sócio-histórico, portanto não indivíduo, habita a língua que ganha assim opacidade e foge aos postulados idealistas que a concebem transparente”.

Com base nesses postulados teóricos, iremos interpretar um corpus constituído por textualizações da Folha de S. Paulo, referentes à morte de Dorothy Stang. Para uma análise discursiva, observamos primeiramente o diálogo entre as reportagens, os títulos destas, os painéis de leitores, os editoriais, as propagandas inseridas entre as notícias, as charges, fotos, e todos os elementos que, através da materialidade lingüística, inscrevem sentidos, não pré-estabelecidos ou literais, mas construídos pelo/no discurso jornalístico formado por múltiplas vozes, sujeitos e formações discursivas antagônicas ou concordantes. Depois, buscamos compreender o funcionamento discursivo, ou seja, as regularidades, as rupturas, os retornos de sentidos, as atualizações do já-lá, vasculhando as redes de filiações entre/de zonas da memória e já foram ditas e significadas em outros contextos que, no momento da enunciação, podem ser retomadas ora para repetição, ora para ruptura. (PÊCHEUX, 1999).

Como destaque da edição impressa do dia 14/02/05, temos a fotografia do caixão de Dorothy sendo carregado por policiais e moradores de Anapu. Ao invés de imagens de uma Dorothy frágil, doce e sorridente em vida- sentidos construídos pela textualização na Revista Veja (FERRAREZI; ROMÃO, 2006)- são usadas, pela cobertura jornalística da Folha, imagens e palavras que inscrevem os efeitos de frieza do ocorrido, fixando a suposta realidade do fato, a saber, a morte com riqueza de detalhes.



Além do recurso não-verbal, a formulação: “Os disparos, que se alojaram nas costas e na cabeça, foram feitos a uma distância de dois metros”. (“Após morte de freira, polícia apura novo assassinato no PA”) também instala a morte com detalhamento do crime, que visa dar a impressão de que “toda” a realidade está contida no relato, textualizado nas páginas do jornal como um dizer que não pode ser construído de outra forma, ou seja, cria-se um efeito de veracidade e comprovação científica da morte e

do relato jornalístico. Esse movimento virtualiza uma imagem da morte de Dorothy, silenciando sua vida e suas bandeiras de luta.

Pensa-se, equivocadamente, no veículo jornalístico como a sempre presente testemunha ocular dos fatos, e seu relato como puro testemunho da realidade, testemunho com valor de prova legal; essa ilusão é reforçada principalmente pelas fotos, que impressionam um leitor, para o qual, “uma imagem vale mais do que mil palavras”. No nosso caso, a reportagem da Folha fornece mais detalhes sobre o crime, procurando responder às perguntas: o que foi o crime, quando e como ocorreu, onde e por que, utilizando, para a sua tarefa de divulgar a realidade, os números, os depoimentos e as imagens.

No discurso em questão, a textualização de Dorothy morta ganha maior destaque do que a de Dorothy viva e atuante em causas sócio-ambientais; exploram-se, assim, os efeitos de violência, de morte, do crime, negando-se qualquer marca lingüística de construção da imagem de Dorothy como um mito, como imagem “santificada” após a sua morte ou como realizadora beatificada pelo trabalho que desempenhou em prol de causas sócio-ambientais. Essa imagem de Dorothy como mártir - que acaba por deslocar os sentidos sobre o crime, sobre as suas causas, sobre a violência e sobre os mandantes - não é textualizada neste relato que encaminha os sentidos para um campo supostamente neutro, ou seja, o relato fidedigno da morte.

Não sendo, portanto, denominada pela Folha como mártir, Dorothy Stang é falada como: “religiosa norte-americana”, “madre Dorothy”, “freira americana”, “missionária norte-americana”, “irmã” – evidenciando-se, assim, duas imagens poderosas a delinear um lugar para ela, ou seja, a sua nacionalidade e condição de religiosa, que tornam seu assassinato um fato que deva ser ainda mais evidenciado, aumentando a importância dele como evento midiático. Buscam-se as tão faladas neutralidade, objetividade e veracidade jornalísticas como efeito da descrição do crime, cenário, assassinos, causas e demais elementos do fato, que são construídos aos poucos, como os capítulos de um romance policial; entretanto, sem que neles haja pistas da constituição de mocinhos ou bandidos, de mártires ou vilões, enfim, como se essa textualização fosse um relato pretensamente imparcial, assepticamente objetivo.

Essa ilusão desdobra-se no sentido de supor que as opiniões, como elementos subjetivos e fruto de escolhas pessoais, estão confinadas a certos espaços do jornal, que incluem a coluna do ombudsman, charge, cartas de leitores e os editoriais, marcando apenas ali a presença da opinião e silenciando que o político-ideológico constitui os atos de linguagem e os relatos. Na foto mostrada anteriormente, aparecem pessoas simples, parte delas pode ser composta por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que conviviam com a freira, porém, em muitos veículos jornalísticos (como na Revista Veja, por ocasião da morte de Stang) não são mostradas fotos em que Dorothy e os integrantes do MST estão juntos. Essa ligação é silenciada na maioria dos relatos jornalísticos, entretanto aparece flagrada na seguinte formulação: “Irmã Dorothy atuava na região da Transamazônica em defesa dos trabalhadores rurais, como agente da CPT” (14/02/05 - box: O assassinato no Pará). Assim, ela não é vista como uma protetora da floresta (apenas), mas sim, como defensora dos trabalhadores, uma mulher que trabalhava na Comissão Pastoral da Terra em conjunto com o MST, emergindo, desta forma, novos sentidos, interditados em alguns veículos jornalísticos. Ainda na mesma foto, vemos um carro no qual está gravada uma palavra não nos mostrada por inteiro, mas que, mesmo estando cortada, podemos antecipar a sua escrita faltante e compreendê-la: assistência. Podemos entender essa assistência como o amparo que chega para Dorothy apenas após a sua morte e também como aquele que não chega a tantos trabalhadores rurais sem-terra em nosso país. Isso nos leva a interpretar a imagem e inferir sentidos para o não-verbal, visto que ele também é um objeto de significação a reclamar e inscrever efeitos.

Considerando que o corpo morto, agora inofensivo e calado para sempre, é transportado por um carro público, podemos marcar que o Estado aparece aqui como prestador de um serviço, ou seja, faz coleta, tratamento e remoção do cadáver, enfim, cumpre o papel de prestar uma assistência incompleta, visto que ela não chegou em vida, ou seja, “assistência” incompleta e cortada pela metade como o significante escrito na fotografia. Nesse último carregamento, o Estado carrega também a sua ineficiência, negligência e descuido com os líderes populares: esses sentidos são materializados pela imagem, embora o texto jornalístico os silencie. Apenas o significante “assistência” deixa pistas para a leitura da foto e dos sentidos que subjazem a sua significação no contexto sócio-histórico.

Voltando à discussão teórica, pode-se caracterizar o sujeito discursivo como descentrado e heterogêneo, já que “constituído na interação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um

conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos.” (FERNANDES, 2005, p.29). Segundo Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade diz respeito às diversas vozes atravessadas no discurso do sujeito, o que pode ocorrer de forma marcada e mostrada, através do uso de citação, entrevistas, depoimentos etc., ou de forma implícita (heterogeneidade constitutiva), através do retorno permanente ao interdiscurso.

Ainda sobre o sujeito, marcamos que ele é um efeito de/da linguagem, isto é, “a posição-sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso” (ORLANDI, 2006, p.15). Pacífico e Romão (2005, p.5) nos falam sobre estes mecanismos:

O que há são posições-sujeito, que dizer, o sujeito pode ocupar várias posições (lugares sociais: padrões, funcionários, professores, alunos, juízes, etc.) e a partir delas é que vai produzir seu discurso. Estas posições são determinadas por representações imaginárias, e são, portanto, inconscientes, determinadas pela estrutura socioeconômica e, também, pela ideologia, que faz parecer natural o sujeito produzir ‘seu’ discurso daquela maneira e não de outra.

Dessa forma, é importante o lugar do qual falamos, já que “cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força” (ORLANDI, 2006, p.16). Mariani (1998, p.25) compartilha da idéia de que o sujeito pode ocupar várias posições: “o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma posição”, assim, “o sujeito discursivo é plural, isto é, atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas” (FERNANDES, 2005, p.43).

Observamos, nas textualizações da mídia impressa- Revista Veja (FERRAREZI; ROMÃO, 2006) e Folha de S.Paulo- a existência de uma regularidade discursiva: ambas culpabilizam o governo, inscrevendo efeitos condenatórios em relação ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, transferindo para ele a responsabilidade pelo assassinato.

O sujeito-autor da reportagem da Folha (“PF liga novo assassinato à morte de freira no PA”, 14/02/05), ao dizer que “O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a UDR (União Democrática Ruralista) responsabilizam o governo federal pela morte da religiosa norte-americana”, promove a aproximação entre duas formações discursivas antagônicas, ou seja, cria o efeito de consenso nacional, pois se as duas organizações têm a mesma opinião em relação ao responsável pela morte de Stang, é porque se trata de uma verdade incontestável, ou seja, trata-se de um campo semântico que precisa ser marcado e repetido.

A crítica ao governo está presente em outros espaços e discursos do jornal, como por exemplo, na seção “Editoriais” da edição de 15/02/05: “um governo que evita cumprir a lei (...) não pode ser visto como um poder imparcial e equilibrado”. Trata-se, aqui, de uma crítica- tida como “autorizada”, já que se insere em um dos espaços que, como vimos, “permitem opiniões” – em que o governo é caracterizado como ilegal, como aquele que não cumpre a lei. Além disso, procurou-se também nomeá-lo como insano, alienado e desvesti-lo de seu poder, reforçando, assim, imagens negativas freqüentemente atribuídas ao governo Lula por diversos veículos jornalísticos. Encontramos esses efeitos de críticas implícitas em formulações como “A execução da freira norte-americana Dorothy Stang no Pará teve reação imediata do governo federal- que sabia das ameaças sofridas pela religiosa” (“Lula envia ministros para resolver caso; governo sabia das ameaças”, edição de 13/02/05). Há, nesse dizer e no título da reportagem, o implícito de que o governo Lula também é culpado pela morte de Dorothy, já que “sabia das ameaças sofridas pela religiosa” e não fez nada. E saber, nesse caso, implica uma forma de usar (ou não) um aparato de poder oficial para preservar ou negligenciar ações de intervenção.

Percebe-se, então, que não há uma neutralidade na reportagem, mas, sim, indícios de uma tessitura de sentidos na qual o político está presente, fazendo falar um equívoco no discurso jornalístico que se pretende objetivo, referencial e isento. Mesmo sendo deslocado esse foco de subjetividade para a voz do entrevistado (isentando-se assim, o veículo jornalístico de dizê-lo), os sentidos materializados por ele, são “autorizados” pelo jornal, confirmados, outorgados. Como exemplo, temos: “Representantes da CPT disseram ontem que o governo tem parte da

responsabilidade pela morte de Dorothy”, ou seja, ao mobilizar a voz dos representantes da Comissão Pastoral da Terra, que insistentemente têm denunciado as mortes de trabalhadores rurais e sindicalistas no campo, o discurso jornalístico assume a voz desse outro, tornando-o voz de autoridade. A citação indireta coloca em movimento uma marca de heterogeneidade, mobilizando zonas de memória que atualizam e, novamente, culpabilizam o governo Lula e não os sentidos de crítica e denúncia em relação ao latifúndio e seus representantes. Esse movimento não permite a assunção de dizeres sobre a reforma agrária e a desigualdade da distribuição de terras no país, bem como condena ao lodo do esquecimento, os sentidos do trabalho escravo, infantil, extermínio de líderes sindicais e indígenas.

Outro implícito se encontra no título de uma pequena reportagem: “30 ainda estão sob ameaça, diz CPT” (edição de 14/02/05). Ao se ler “ameaça”, lê-se “de morte”. Dorothy está implícita em “ainda”. Até bem pouco tempo, também estava ameaçada e, (segundo o discurso do jornal) por não ter sido ouvida pelo governo, foi morta. Assim, apesar das denúncias, apesar da morte de Dorothy, 30 pessoas ainda estão ameaçadas, o que reforça, mais uma vez, os efeitos de negligência do governo, marcando sua impotência e incompetência diante dos conflitos agrários no país. Vale destacar que a força da repetição e o movimento parafrástico são indiciários da ideologia dominante; assim, ao marcar a responsabilidade do poder executivo, o sujeito apaga a culpa da desigualdade de terras e de acessos no país.

A crítica ao governo faz falar, na edição de 16/02/05, um meio de fazer retornar certas zonas da memória discursiva, visto que Chico Mendes e sua relação com Dorothy Stang aparecem alinhados, indiciando outra forma de crítica ao governo: “Chico Mendes e Dorothy Stang foram mortes anunciadas diante de um poder público inerte e demagogo”. Ao se usar o recurso da comparação, evidencia-se a culpa do governo no caso de Dorothy. Também é possível inferir que os nomes desses dois sujeitos evocam sentidos de filiação à preservação da mata e do meio ambiente, novamente reforçando a causa da luta de ambos como unicamente centrada nisso. Apagam-se os efeitos da luta política das duas vozes ligadas aos movimentos sociais do campo e à luta pelo acesso à terra.

Na reportagem “Programa de reforma agrária nas chamadas terras devolutas revolta fazendeiros que reivindicam posse da terra/ Terras da União tornam região explosiva”, (edição de 14/02/05), que fala sobre os conflitos da região de Anapu, o governo e os trabalhadores rurais sem-terra são apontados como causadores da violência local e, indiretamente, pela morte de Stang. Lê-se, nesta reportagem, que “Cada uma dessas porções de terras destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais, em média com 6000 hectares, passou a ser um foco permanente de conflitos na zona rural de Anapu”; “Os conflitos fundiários de Anapu, que segundo as primeiras informações da polícia, motivaram o assassinato da irmã Dorothy Stang, estão relacionados à terras devolutas (pertencentes à União) que há três anos começaram a ser usadas no programa de reforma agrária do governo”. Apesar de serem mencionados os pistoleiros que dão apoio a grileiros e madeireiros, ou seja, a violência por parte de grileiros, madeireiros, e também fazendeiros e posseiros, os sentidos, evidenciados e dominantes no discurso da reportagem, apontam para a culpabilização de apenas um dos muitos elementos pertencentes a esse “Brasil Profundo”.

Marca-se, mais uma vez, a culpa do governo na crise da região ao se dizer que: “Em contrapartida ao uso das milícias privadas dos fazendeiros, o governo federal não promove a segurança necessária para assentados e seus apoiadores, segundo denúncia da CPT (Comissão Pastoral da Terra)”. Ou seja, o governo e os trabalhadores rurais são os responsáveis pela explosão de violência no norte do país, isso coloca os trabalhadores na posição de causa e não como ponta final de processos excludentes de distribuição de terra, de miséria e de exploração no campo. Observamos que, esse discurso que culpabiliza o governo é recorrente em diversos veículos jornalísticos, configurando-se como um discurso dominante, bem como também é dominante a criminalização dos trabalhadores rurais sem-terra (ROMÃO, 2002).

Na edição de 16 de fevereiro de 2005, marca-se a heterogeneidade, a presença de diversas posições discursivas marcadas na voz do sujeito. As reportagens “Sindicalista é morto com três tiros no Pará” e “Procurador vai pedir quebra de sigilo bancário de líder sem-terra”, inseridas lado a lado, assemelham-se por terem como protagonistas o trabalhador rural sem-terra. Na primeira reportagem, ele é narrado como vítima, ameaçado “por ter denunciado a ação de grileiros na região há cinco anos”. Já na segunda, um líder do MST é acusado de desvio de recursos para obras. Contrapõem-se, assim, o que seriam duas posições discursivas dentro da mesma formação discursiva, dois modos de falar sobre o sem-terra na mídia, mas, também, igualam-se esses dois dizeres, visto que ambos são fatos

criminosos. Tanto homicídio como o desvio de dinheiro são práticas ilegais e estão fora da lei, o que inscreve, no discurso, uma aproximação entre essas duas imagens. Na primeira posição discursiva, esse modo de falar faz parte da receita que, através do sensacionalismo, chama a atenção do leitor. Isto é demonstrado na foto que acompanha a reportagem, na qual se vê, jogado em uma estrada, o corpo do sindicalista morto. Os vestígios de sangue reforçam a imagem de abandono, desproteção e violência. Esse tipo de imagem, já banalizada pela mídia, foi, geralmente, “poupada” no caso de Dorothy, como foi dito mais acima (corpo morto não foi mostrado), prevalecendo outras imagens relativas à morte dela e ao crime; mas, no caso do sindicalista, a imagem reforça os efeitos de violência, não apenas marcados visualmente por esse crime, mas pelos outros já ditos e enunciados. Assim, a insistência em nomear “assassinato, desvio de verbas, ameaças, região explosiva” tem, na fotografia, o seu ponto de condensação e iconiza todo o processo enunciado pelas formulações do jornal.

Em uma reportagem da edição do dia 14: “o antropólogo americano Michael Shellemberguer, 33, diz que o ambientalismo esclerosou e morreu”. Através do uso de uma opinião que inspira credibilidade aos leitores, por se tratar de um especialista estrangeiro e, principalmente, americano, atesta-se a morte do ambientalista concomitantemente à de Dorothy. A freira morre em meio à sua luta pela floresta e dos que dependem dela, assim, como as práticas ambientais também estão morrendo, definindo. O efeito de uma suposta inutilidade da luta ambiental marca essas duas mortes, que se relacionam no discurso a partir de pistas e vestígios deslocados de um lugar a outro. Essas análises da materialidade lingüística nos fazem retornar à noção de sujeito de/à linguagem, que reclama que a exterioridade intervenha como parte dos atos discursivos, significando a relação do sujeito e do sentido com a história e com a ideologia. “Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia” (ORLANDI, 2003, p.99-100)

Buscamos promover uma reflexão sobre os processos de constituição do sujeito e a produção e a circulação dos sentidos enunciados por ele, para isso, torna-se fundamental compreender a ideologia, pois é ela o mecanismo que promove a emergência de certos sentidos e não de outros, criando para o sujeito um efeito de evidência. Assim, “enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2003, p.48). Pode-se dizer, assim, que a ideologia é constitutiva da prática discursiva e é condição para todo movimento discursivo do sujeito, regulando o que ele pode e deve dizer e também o que não pode e não deve ser dito. Segundo Pêcheux, (1997, p.161): “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” Sendo assim, através do mecanismo ideológico, parece natural que o sujeito ocupe determinado lugar e enuncie a partir dele.

Interpretar o discurso jornalístico e o modo pelo qual a ideologia interpela o sujeito desse discurso tem sido o nosso investimento e, por isso, retomamos a fotografia, já apresentada e publicada também na edição da Folha de S. Paulo (14/02/2005) em que há a imagem do caixão fechado de Dorothy, no necrotério, e o sentido de violência do crime marcado pela mancha de sangue perto dele. Nota-se a espetacularização do crime, já que, nesta foto, aparecem três fotógrafos que, registrando a cena a partir de vários ângulos possíveis, reforçam os sentidos dominantes sobre a mídia como uma presença constante que estaria em todos os lugares e que tudo saberia. O crime, assim, passa a ser, simplesmente, uma receita de venda de jornais. Mais uma vez, percebe-se que Dorothy, só teve destaque, atenção, assistência, após sua morte.





Marcamos que a textualização da Folha de S. Paulo não mostra o corpo morto de Dorothy - que foi, assim, silenciado - mas, apenas seu caixão, usado em várias edições como metáfora do corpo, visto que está em lugar dele. Dessa forma, uma imagem foi substituída pela outra, instalando os sentidos de violência e morte, embora não exista a exposição do corpo e os efeitos de contundência que a violência e a morte provoquem. Como já foi dito, as formações discursivas e ideológicas interpelam os indivíduos em sujeitos, levando-os a ocuparem determinadas posições. É a partir do que determina certa formação discursiva que o sujeito faz falar certos sentidos, determinados ideologicamente, e se opõe às demais posições, próprias de outras formações discursivas. Através do mecanismo da antecipação das formações imaginárias, o sujeito se coloca no lugar em que o interlocutor “ouve” suas palavras, antecipando, assim, ao seu interlocutor, o quanto possível, uma diretividade de sentido. Dessa maneira, o sujeito marca-se, ao mesmo tempo, como supostamente livre e certamente submisso, sendo capaz de uma “liberdade sem limites” e uma “submissão sem falhas”, pois ele pode tudo dizer, submetendo-se à língua para isso (ORLANDI, 2003). Ele é marcado por essa característica ambígua, nem totalmente livre, nem submisso, sendo sempre incompleto. O sujeito, marcado por essas características de transição, é visto como heterogêneo, dividido entre o que lhe é familiar e estrangeiro, entre os cacos da sua voz constituída a partir de outras vozes, entre o desejo de completude e a marca cindida de sua constituição. Além de não perceber a sua inscrição em determinada formação discursiva, o sujeito, em suas palavras, não percebe a retomada de um dizer já-dito, pois, como sabemos, o efeito ideológico é justamente tornar natural e evidente um sentido como se houvesse uma relação termo a termo entre a linguagem e o mundo, entre as palavras e o pensamento, entre as imagens e o mundo. Um outro exemplo disso pode ser analisado a partir da foto abaixo e legenda “moradores de Anapu acompanham enterro da irmã Dorothy Stang, 74, ontem, em Anapu (PA)”, da edição de 16 de fevereiro 2005:



A angulação escolhida para a foto faz com que haja uma visão do alto da cena, como a sugerir o enquadramento de todos e de tudo que acontece nesse show que tem a morte como protagonista - um espetáculo que não se pode e que não se quer perder, nem que para isso, seja necessário subir em árvores, esticar-se, levar uma lente até onde os olhos não chegam. Trata-se de um espetáculo que a mídia imagina que o público queira ver, filmar e comentar. Podemos marcar o modo como a legenda inscreve sentidos de restrição, já que apenas os “moradores de Anapu” acompanham o enterro. Dito assim, instala-se o efeito de que não havia autoridades de outros locais que não Anapu, moradores de outras cidades, lideranças políticas, representantes de movimentos sociais de outras regiões, estados e países, silenciando a notoriedade não apenas da freira, mas dos efeitos de sua luta política. Como poucos (apenas os moradores de Anapu) estiveram presentes, o olho do jornal captura a imagem, aquela que seria a melhor e mais completa imagem do enterro, para disponibilizá-la a todos os que não viram, por não estarem lá.

A angulação de cima para baixo faz falar o modo como o sujeito enquadra e recorta a realidade para registrá-la, assim, ao tomá-la do alto, o próprio jornal coloca-se nessa posição, observando panoramicamente a cena e assumindo-se em um lugar acima do corpo de Dorothy, dos presentes, da criança na árvore com a mão estendida em sinal de despedida ou de tentativa de alcançar o caixão, enfim, do próprio enterro. Julgamos que essa escuta dos modos de produção e circulação dos sentidos é importante para a interpretação de outros efeitos diferentes daqueles naturalizados. E esse exercício inscreve uma relação menos ingênua com as palavras e imagens, ou seja, desloca a obviedade do aparente e do estabilizado para flagrar sentidos outros.

Tem-se um exemplo de diálogo de uma rede de sentidos sobre o campo e a luta pela terra, instalando uma costura entre as reportagens sobre a “*explosiva*” região de Anapu, marcada por conflitos fundiários e pelos efeitos belicosos de uma guerra, e uma propaganda com grande destaque na mesma página impressa, na qual se anunciam as modalidades de crédito do Banco Bradesco, dentre elas, agronegócios. Há uma foto de uma plantação mecanizada, que inclui grandes máquinas, investimentos que estão “em lugares que você nem imagina”, significados no mundo do agronegócio - um mundo diferente da explosiva e conflituosa Anapu. Assim, pode-se fazer um contraponto entre a tecnologia e o avanço da economia no campo, com o retrocesso existente nas relações de trabalho, que incluem conflitos agrários, expulsão da terra, violências e mortes. Essa propaganda estabiliza os sentidos de produção, eficácia, desenvolvimento e avanço, marcando um universo semanticamente diferente daquele em que estão inscritos pelas marcas Chico Mendes, Dorothy, sem-terras, sindicalistas, etc. Ou seja, vê-se aqui um confronto de dizeres sobre a terra, cuja exposição e divulgação não é neutra, mas coloca o discurso dominante do agronegócio como um lugar “que você não imagina”, instalando o efeito de um pré-construído, pois essa formulação popular é usada para marcar algo muito bom, inacreditável, que



supera as expectativas do virtual interlocutor da página e guardando surpresa e conduzindo-o a um lugar além da imaginação.

Marcamos que “a matriz de sentidos escapa ao sujeito, e sobre ela o controle é praticamente nenhum.” (MARIANI, 1998, p.33), ou seja, é-lhe negado perceber que “os sentidos que produzimos não nascem em nós. Nós os retomamos” (ORLANDI, 2001, p.83). Isso porque os sentidos retomados (através da paráfrase, o retorno do/ao mesmo) são apagados para o sujeito como efeito de retomadas, visto que ele pensa ser a origem do sentido, isto é, ser a fonte originária do que diz. Por fim, o sujeito, por não ter acesso às reais condições de produção do seu discurso, representa essas condições de maneira imaginária, por meio dos jogos de imagens construídos ao longo do discurso. Ao provocar a análise discursiva das posições-sujeito, materializadas nas textualizações jornalísticas, buscamos construir uma reflexão que leve em conta a linguagem e a sua exterioridade, o político-ideológico e a memória já-lá construída pela voz midiática. Dessa maneira, suspeitamos dos sentidos “evidentes” das notícias, procurando questioná-los, duvidando da transparência dos sentidos, isto é, flagrando, nos andaimes da materialidade lingüística, o modo como o sujeito constrói os seus percursos de sentido, que não são neutros nem literais.

### Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.19, 1990.
- DORNELES, E. F. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. 2005, 260 p. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005, 118p.
- FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. O discurso jornalístico sobre a morte de Dorothy Stang: a textualização nas páginas da revista Veja. **Revista de Ciência Política Achegas.net**, Rio de Janeiro, n.30, jul./ago. 2006. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero30/lucilia\\_ludmila\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero30/lucilia_ludmila_30.pdf)>.
- GRIGOLETO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/sujeito/evandra.pdf>>. Acesso em: jul.2006.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, 256 p.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2, p. 101-142.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e textualidade, Campinas: Pontes, 2006.
- PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Sem querer acertou na cabeça: o litígio com Lula acerca de um boné. **Revista de Ciência Política Achegas.net**, Rio de Janeiro, n.26, nov./dez..2005. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/soraya\\_lucilia\\_26.htm](http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/soraya_lucilia_26.htm)>. Acesso em jul.2006.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ROMÃO, L. M. S. **O litígio discursivo materializado no MST**: a ferida aberta na nação. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.